

O PACIENTE É TEU

Jorge Cardoso



Paciente é retirada de ambulância vinda de Barreiras (BA) para dar entrada no Hospital de Base: no ano passado, DF teve 4,8 milhões de atendimentos — duas vezes mais do que a população brasileira

PREFEITURAS CONTRATAM AMBULÂNCIAS PARTICULARES PARA TRAZER DOENTES A BRASÍLIA

Paola Lima
Da equipe do Correio

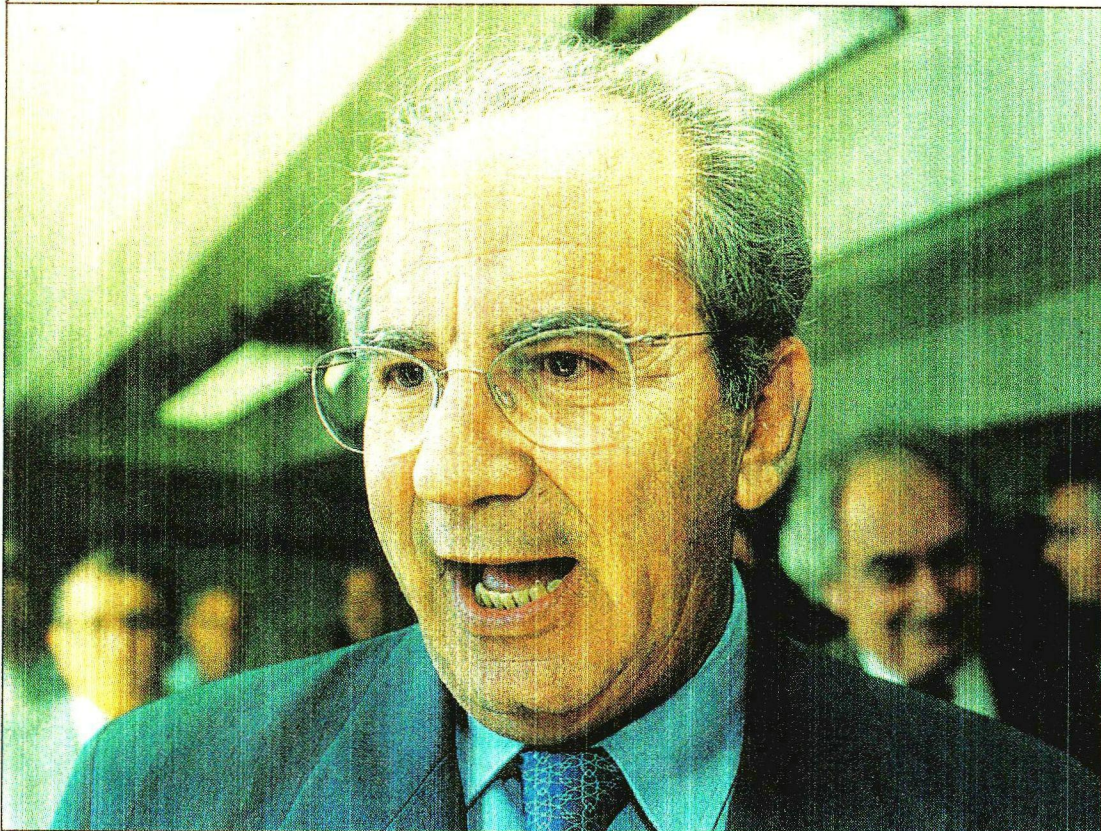
Basta um telefonema e a ambulância remove o paciente de qualquer cidade no oeste baiano para o Distrito Federal. Assim funciona o Disk-Ambulância, serviço particular que é a nova preferência das prefeituras baianas, e mesmo goianas, para transferir seus doentes para a rede pública de Saúde do DF.

O serviço, prestado por uma empresa de Barreiras, na Bahia, terceirizou uma prática bastante comum entre os municípios vizinhos à capital federal. Encaminhar doentes para a rede pública de Saúde brasiliense, seja por não ter atendimento especializado na cidade ou por escolha do próprio paciente, é uma iniciativa rotineira entre prefeituras. A Secretaria de Saúde estima que mais de 40% dos atendimentos da rede hoje são de pessoas de outros estados.

O Disk-Ambulância baiano busca pacientes em qualquer município da região oeste da Bahia. O destino é sempre o mesmo: o Hospital de Base do Distrito Federal. "A maior parte do nosso trabalho é prestação de serviço para prefeituras", revelou Gilvêncio de Oliveira Filho, motorista de uma das ambulâncias. O baiano enfrenta a estrada com experiência de quem lida com viagens diariamente. "Venho aqui quase todos os dias", contou.

O preço do frete é R\$ 390,00.

Jefferson Rudy 29.3.00



Frejat, secretário de Saúde: "Não podemos colocar uma placa de lotação esgotada. O jeito é atender a todos"

Pode parecer caro para uma família carente, mas para a prefeitura, sai muito mais barato que dar o atendimento especializado ao paciente. A cobrança é feita por quilometragem, mas varia de acordo com o local de saída e chegada. "A média é essa mesmo, porque todo mundo vem para o DF mesmo", entregou.

IDA E VOLTA

Ontem, Gilvêncio trouxe de Barreiras, a 650 km de Brasília, uma garota baleada para ser atendida no HBDF. Na volta, levaria o corpo de uma senhora que fazia tratamento no Hospital Regional da Asa Norte (-Hran), mas não resistiu. Antes mesmo de sair do DF, já sabia que voltaria hoje. "Tenho outro paciente já marcado para vir amanhã de manhã", disse.

A transferência da garota foi opção de seus próprios pais.

Suelen Santana dos Santos, 16 anos, foi atingida, no domingo à noite, por uma bala perdida. O tiro acertou na cabeça. A garota chegou a ser atendida no Hospital Municipal de Barreiras mas, por conta da falta de equipamentos para fazer o diagnóstico da lesão, os pais decidiram trazê-la para Brasília.

"O médico explicou que ia ser preciso esperar que o inchaço passasse para fazer os exames e dar um diagnóstico definitivo", contou o pai, José Jesus dos Santos. "E sugeri que a trouxéssemos para Brasília, por aqui os exames seriam melhores e mais rápidos".

"Já viemos aqui outra vez e fomos muito bem atendidos", disse Suely Santana, mãe de Suelen. "Assim, decidimos vir para cá para que ela tenha um tratamento melhor. O Deus é o mesmo, mas equipamentos e médicos mais preparados sem-

pre ajudam".

Apesar do vaivém constante dos carros do disque-ambulância na emergência do HBDF, a maioria dos pacientes que chegam de fora do DF para serem atendidos no hospital vêm em ambulâncias municipais. Às vezes, a prefeitura manda vários pacientes em uma mesma viagem.

Foi o caso de Cláudia dos Santos, moradora de Alvorada do Norte, Goiás, a 300 km de Brasília, que chegou ao hospital ontem, levando o filho Jesson, quatro anos. Jesson engoliu uma moeda no final de semana e os médicos do hospital de Alvorada não conseguiram retirar o objeto do estômago do garoto.

Os dois viajaram junto com o jovem Roni Vieira Miranda, que havia sofrido um acidente de carro. Bastante ferido, o rapaz dividiu o espaço da ambulância com mãe e filho. "Ele ficou as-

sustado com o outro rapaz, que estava sentindo dores", contou Cláudia, para esclarecer o choro insistente do filho pequeno.

TRATAMENTO

Além dos casos de Cláudia, Suelen e Roni, só na manhã de ontem, duas outras ambulâncias de fora do DF trouxeram pacientes para o Hospital de Base. De Formosa (GO), veio um garoto de pouco mais de um ano, com pneumonia aguda. De Buritis (MG), vieram sete pessoas que fazem, em Brasília, tratamentos em diversas áreas médicas: ortopedia, pediatria, tratamento ambulatorial.

"Trazemos o pessoal toda as semanas", admitiu Everardo Prado, motorista da prefeitura de Buritis, a 214 km do DF. "A cidade não possui hospital e os pacientes têm de ser trazidos para cá mesmo". Everardo argumentou que os doentes não podem ser levados para a capital mineira devido à distância, 800 km. E não são levados para as cidades vizinhas, porque não são atendidos. "Em Unai (MG), por exemplo, eles trazem os pacientes para Brasília, assim não adianta a gente tentar ir para lá, é melhor vir direto".

O raciocínio da prefeitura de Buritis parece ser o mesmo das demais prefeituras do Entorno e cidades próximas à capital federal. Só em 1999, a rede hospitalar do DF fez 4,8 milhões de atendimentos. Mais que o dobro da sua população, hoje com 2 milhões de habitantes. Os hospitais mais sobrecarregados são o de Base, o de Planaltina e do Gama.

"Como esse povo não está geograficamente distribuído no DF, não consegue atendimento nos postos de saúde e incham as emergências", declarou o secretário Jofran Frejat. "Mas não podemos colocar uma placa de lotação esgotada na porta dos hospitais nem recusar paciente, o jeito é atender a todos".

Questão de recursos

A principal queixa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal em relação aos atendimentos vindos de outros estados é o peso na rede pública local. Com os pacientes a mais, o atendimento fica precário e os recursos não são suficientes para atender à demanda. "Se conseguirmos eliminar o excesso, o atendimento da rede seria compatível com os pacientes daqui do DF", assegurou Jofran Frejat. O repasse mensal feito pelo governo federal para a rede de saúde do DF é de R\$ 7 milhões. São gastos, no entanto, 50% a mais: R\$ 10,5 milhões. A diferença é bancada pelo próprio GDF.

A explicação dos municípios é simples. Segundo o coordenador do Conselho Brasileiro de Integração Municipal, Paulo Ziulkoski, 98% dos municípios brasileiros recebem apenas para manter um atendimento básico na cidade. Por isso, nos casos mais graves, as prefeituras transferem o paciente para os grandes centros. "O recurso gasto por este paciente, porém, também é transferido para o hospital que o atende, assim, o dinheiro que seria do município passa automaticamente para a rede que recebeu o paciente", argumentou Ziulkoski.

Assim, a rede é reembolsada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por cada paciente atendido, independentemente da cidade de onde ele veio. O que acaba com o problema de falta de recursos. O único porém na situação é que há um teto para o repasse, calculado de acordo com a capacidade de atendimento do hospital. "Nosso teto é de R\$ 7 milhões mas, com a melhoria do atendimento e o aumento da procura, chegamos a R\$ 10 milhões mensais", explica Frejat. "E não podemos deixar de melhorar a rede".